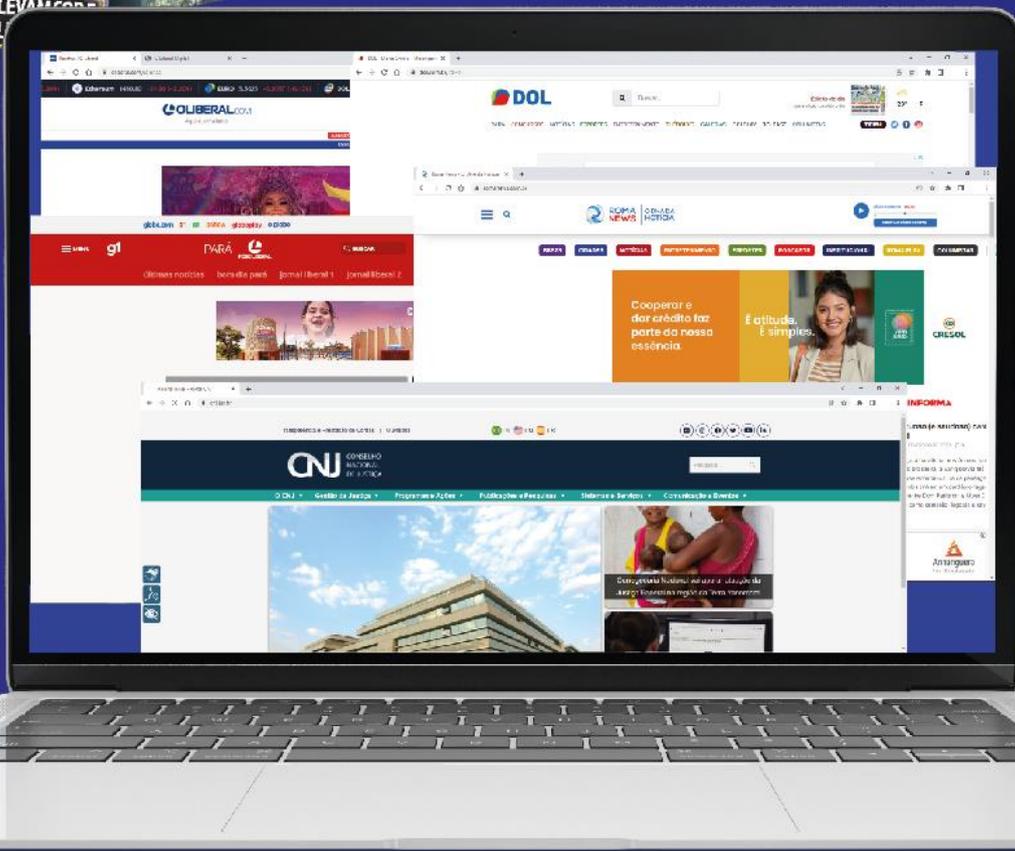




CLIPPING

Sábado e
Domingo

24 e 25 de
junho



MINISTÉRIO PÚBLICO

Pai de 'Hétero Top' é acusado por denúncia caluniosa

INVESTIGAÇÃO - O crime a que o Ministério Público se refere teria ocorrido em setembro de 2021, quando Maurício Rocha registrou ocorrência alegando que teve a assinatura e a rubrica falsificadas

No dia 27 de abril deste ano, o Ministério Público do Pará (MPPA) denunciou Maurício Cesar Mendes Rocha, o pai de Maurício César Mendes Rocha Filho, conhecido como 'Hétero Top', por denúncia caluniosa – crime previsto no art. 339 do Código Penal que consiste quando alguém inicia um inquérito policial contra alguém inocente. No último final de semana, o poder judiciário pediu que Maurício apresentasse uma resposta à acusação resultante de ampla investigação criminal.

A 29 de setembro de 2021, o acusado foi à Seccional da Marambaia denunciar o delito de falsidade ideológica após tentar alu-

gar um imóvel a Emerson Maurício Correia Dias. Segundo o Boletim de Ocorrência (BO), Maurício relatou que, seis dias antes de procurar a polícia, Emerson teria pedido para fechar o contrato, que era de 12 meses, antes do previsto.

Segundo o MP, o acusado disse que o locador teria falsificado a assinatura dele em um instrumento particular de reconhecimento e acordo de dívida. À época, a defesa de Emerson negou que o cliente tivesse falsificado a assinatura de Maurício.

Além disso, o locatário, segundo a defesa, supostamente, se comprometeu a indenizar o cliente na quantia de mais de R\$ 20



Hétero Top: agora são pai e filho encrencados com a Justiça

mil, parcelado em 12 vezes, referente ao contrato de aluguel. No entanto, conforme alegou a defesa, o acusado não teria pago nenhuma parcela do acordo e nem concordado com os termos.

Para verificar se a denúncia de Maurício era ver-

dadeira, uma análise grafo-técnica pericial investigou a assinatura e rubrica contidos no documento, que ele disse que teriam sido falsificados. O exame concluiu que a escrita possui semelhanças morfológicas com as letras de Maurício.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

LIXÃO DE MARITUBA

Ministério Público exige a federalização**DILSON PIMENTEL**
DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Pará defende a federalização do processo relacionado ao Aterro Sanitário de Marituba. "Queremos que seja analisado pela Justiça Federal perante à grave violação direitos humanos, principalmente das pessoas atingidas do ponto de vista da sua saúde", afirma a promotora de Justiça Eliane Moreira. Na manhã de segunda-feira (19), ela conduziu, em Belém, uma reunião pública para tratar desse tema. Ela garante que o empreendimento não atende totalmente a legislação ambiental, citando os riscos e danos à comunidade. Abaixo, a entrevista da promotora.

1 Por que o Ministério Público pediu a federalização desse processo? Isso foi feito a partir da observância de que, mesmo perante várias medidas adotadas judicialmente pelo Ministério Público, nós não ob-

tivemos respostas céleres, eficazes e efetivas por parte do poder judiciário estadual. E, compreendendo que essas limitações fazem com que exista uma violação de direitos humanos, no que tange à proteção à saúde, proteção no meio ambiente, nós solicitamos que o caso fosse federalizado - isto é, analisado pela Justiça Federal perante à grave violação aos direitos humanos, principalmente das pessoas atingidas do ponto de vista da sua saúde.

1 Em que fase está esse pedido de federalização?

Nós aguardamos uma informação acerca desse pedido.

1 É fundamental que haja essa federalização?

Nós entendemos que sim. Nesse estágio atual, todas as medidas que o MP poderia ter feito foram já adotadas. E é quase uma necessidade emergencial para que a gente consiga destravar, porque, sem decisões efetivas por parte do poder judiciário estadual, nós não vamos



Promotora Eliane Moreira: grave violação a direitos humanos

ter uma solução também.

1 Se não ocorrer a federalização, quais são os riscos e danos à sociedade?

Principalmente se o poder Judiciário como um todo não der respostas concretas, não der respostas de salvaguarda, da vida, da saúde, do meio ambiente, o que nós vamos observar é a continuidade de uma grave violação aos direitos humanos.

Exatamente. Todos os dias nós ainda recebemos, na Promotoria de Justiça, pessoas que relatam os agravos à saúde. Situações muito graves. Inclusive envolvendo crianças e adolescentes que são os mais atingidos. A contaminação do solo, a contaminação dos recursos hídricos. O incômodo olfativo diário da sociedade não é meramente um incômodo de odor. Os relatos que

nós temos de pessoas que passam mal, vomitam e têm ardência nos olhos.

1 Quais resultados concretos a senhora espera desta reunião pública sobre o Aterro Sanitário de Marituba?

Primeiro a ampliação do debate sobre o tema. O que nós vemos é uma necessidade de envolvimento efetivo da sociedade civil também sólidos. É um fórum para envolver a sociedade civil, também como protagonista do tema. Vamos convidar também os poderes públicos municipais, estaduais, não só a empresa, mas todos os setores envolvidos. E a ideia é que seja um fórum para fazer um debate técnico. Um debate de participação constante, buscando adensar massa crítica a esse problema que atinge a região metropolitana.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OPERAÇÃO ACUSADA DE CRIME É PRESA

A Polícia Civil de Igarapé-Miri, nordeste do Pará, colocou atrás das grades Maria Suely Almeida Souza por um homicídio

INVESTIGAÇÃO

JR Avellar

Desde março do ano passado que a Polícia Civil de Igarapé-Miri e Abaetetuba, nordeste paraense, juntamente com a Delegacia de Homicídios, investigava um crime de homicídio que tinha como alvo a participação de uma mulher identificada como Maria Suely Almeida Souza.

Após a conclusão das investigações, o delegado responsável pelo inquérito representou por sua prisão temporária, que foi deferida pelo Juízo local com base no artigo 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX, que versa sobre homicídio qualificado.

Na última quinta-feira (22), policiais civis da Superintendência Regional do Baixo Tocantins deflagraram a "Operação Persecute", que contou com a participa-

ção da Delegacia de Igarapé-Miri, Delegacia de Homicídios e Delegacia de Abaetetuba, para o cumprimento de mandados de busca e apreensão domiciliar e de prisão temporária referentes a investigação de um homicídio qualificado ocorrido em março de 2022, na cidade de Igarapé-Miri.

MANDADO CUMPRIDO

Durante a realização das buscas em vários endereços na cidade de Igarapé-Miri, foi finalmente dado cumprimento a um mandado de prisão temporária que havia em aberto contra Maria Suely Almeida Souza por sua suposta participação em um crime de homicídio ocorrido em março do ano passado.

A investigada foi ouvida e em seguida encaminhada ao Sistema Penitenciário para ficar à disposição da Justiça. A Polícia Civil informou que Maria Suely Almeida de Souza tem antecedentes criminais, com base no artigo 33 da lei 11.343/2006.



A mulher teria participação no assassinato ocorrido em março de 2022. Ela também possui antecedentes criminais
Foto: Divulgação

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA

Raul Luiz Ferraz Filho



Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



Cilene Sabino, da Jucepa, participou do videocast

● O videocast Habeas Data disponibilizado hoje entrevista Cilene Sabino, presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa). Ela fala a transformação da Jucepa de um órgão de registro para fomento da economia do Estado do Pará, além dos serviços prestados para a comunidade. Cilene Sabino é advogada e arquiteta e urbanista e atualmente também preside a Federação Nacional das Juntas Comerciais (Fenaju), com sede em Brasília (DF), órgão federativo que congrega as juntas comerciais de todos os Estados do Brasil.

● Lançado o livro "Constituição do Pará, texto e contexto, homenagem ao constituinte Zeno Veloso". A cerimônia foi realizada no auditório João Batista, do Palácio Cabanagem, e contou com a participação de várias autoridades e convidados, dentre os quais o desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto. A obra foi organizada pelo procurador geral de Justiça do Ministério Público Estadual, César Mattar Junior, pelo desembargador Milton Nobre, pelo deputado federal Raimundo Santos e mais 70 coautores. Teve coordenação do professor doutor Jefferson Bacelar, de Frederico de Oliveira e de Francisco das Chagas Melo Filho (deputado Chicão). A obra tem o apoio da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), da Escola do Legislativo da Alepa, do Ministério Público do Estado do Pará (MMPA), da Federação do Comércio do Estado do Pará (Fecomércio-PA), da Associação dos Notários e Registradores do Pará (Anoreg-PA) e da Universidade da Amazônia (Unama).

MINUTA

● A Justiça do Trabalho de Minas Gerais condenou um frigorífico a pagar R\$ 500 mil por dano moral após a morte de um empregado em um acidente de trânsito ocorrido durante a jornada de trabalho. O valor será destinado à viúva e dois filhos da vítima. A decisão é da juíza Patrícia Vieira Nunes de Carvalho, na Vara do Trabalho de Caratinga. A juíza reconheceu a transmissibilidade aos herdeiros da indenização por danos morais.

● A Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região manteve a sentença que determinou a rematrícula de um estudante de Medicina no Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos independentemente da existência de débito em outra instituição de ensino que faz parte do mesmo grupo econômico.

● A Justiça Federal do Paraná condenou a União ao pagamento de indenização no valor R\$ 50 mil à família de uma profissional de saúde que trabalhava na linha de frente do combate à covid-19. A decisão é do juiz Antônio César Bochenek, da 2ª Vara Federal de Ponta Grossa.

● STF valida decreto que revogou norma internacional sobre dispensa sem justa causa. ACorte decidiu, contudo, que a denúncia a tratados internacionais pelo presidente da República deve ter a concordância do Congresso Nacional.

● Em relação ao empregado doméstico, o acompanhamento do empregador pelo empregado em viagem será condicionado à prévia existência de acordo escrito entre as partes. Ainda, a remuneração-hora do serviço em viagem será, no mínimo, 25% superior ao valor do salário-hora normal.

● A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento.

Colaboração Prof. Jaciel Papaléo Paes.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizareporter

www.facebook.com/luiz.flavio.27

lflucosta@gmail.com

AMPEP CONVIDA GOVERNADOR PARA II CORRIDA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

A diretoria da AMPEP, na pessoa do presidente Alexandre Tourinho e do diretor Sebastião Kalsame, e o procurador-geral de Justiça do Estado César Mattar Jr., convidaram o governador Helder Barbalho para a "II Corrida do Ministério Público do Estado - 2023", que ocorrerá em homenagem aos 132 anos do Ministério Público do Estado, em 17 de maio. A expectativa é que participe em evento esportivo com cerca de 2.000 pessoas. Além do convite, o governador recebeu uma blusa em homenagem para participar da corrida.



Advogada é a primeira mulher a assumir procuradoria geral do TJD-PA

Isiane Fagundes Silveira, membro da ABEP, foi eleita para uma missão para assumir o cargo de Procuradora-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. É a primeira mulher a assumir o cargo. A eleição ocorreu em 20 de maio e contou com a presença de mais de 100 juizes do TJD-PA e 100 Advogados membros do Colégio Brasileiro de Justiça do Pará, com o tema "A atuação da procuradoria em processos de violência doméstica: desafios e perspectivas".



Lançado livro em homenagem ao constituinte Zeno Veloso



O lançamento do livro "Constituição do Estado do Pará: Textos Constituintes - Homenagem ao Constituinte Zeno Veloso" foi realizado no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com mais de 700 pessoas que escutaram artigos e palestras sobre os principais temas da Constituição do Pará de 1988, organizado pelo deputado estadual Clelio

deputado Federal Ramundo Santos, ex-Procurador-geral de Justiça do MP/PA César Mattar Jr. e pelo jurista Milton Fedeles. Artur A. F. Bastos e Frederico A. L. de Oliveira, Clivis, editado pelo Páris-Telúris, editado pelo Município de Páris, no Brasil. A família de Zeno Veloso esteve representada pelo filho gráfico Zeno Veloso, filho do homenageado.

Ângela Sales assume cadeira de número 13 da APLJ

A jurista Ângela Sales, na foto como senadora Jader Barbalho, é a nova acadêmica montada Academia Paranaense de Letras Jurídicas (APLJ). A acadêmica de posse foi eleita durante o encontro realizado em Belém, na presença das famílias, amigos e membros da APLJ, o procurador-geral de Justiça César Mattar Jr. e o senador Jader Barbalho, a deputada federal Eliciane Barbalho, entre outras autoridades. A nova acadêmica vai assumir a cadeira número 13,



que também ocupou o Curador Laurence de Sá. A acadêmica que será sucedida é Inez, como a acadêmica Egidio Machado Sales e Egidio Machado Sales Filho, que são pais e irmãos da montada acadêmica da APLJ.



Capacitação 2023 do TCMPA tem mais de 700 participantes na primeira edição

A Escola de Justiça Pública do Tribunal de Justiça do Município de Pará (TCMPA) realizou a primeira edição do projeto "Capacitação 2023" tendo em município de Montalvão como sede. A edição foi realizada em conjunto com o Conselho Municipal de Montalvão, com a presença de prefeitos, membros do conselho, funcionários municipais e demais servidores do Conselho de Justiça. O projeto prevê a realização de mais 20 atividades. O projeto prevê a realização de eventos em municípios como: Belém, Ananás, Brejo, Bujacá, Pombal, Santarém e Belém.

Ricardo Lewandowski e Delaide Arantes serão palestrantes de conferência da advocacia

A vice-presidente do CNJ Proferente de Justiça, Leticia Kuri Paiva, entregou convites para a Conferência de Advocacia do Estado do Pará, a ser realizada em Belém, no dia 17 de maio, com o tema "Advocacia e o futuro da justiça". Os palestrantes serão Ricardo Lewandowski, ministro do TJD-PA, e Delaide Arantes, em Belém. O evento será realizado no auditório do Conselho de Advocacia do Estado do Pará, com a presença de mais de 100 advogados e membros do Conselho de Advocacia do Estado do Pará.





DOMINGO
TRAFICANTE É
CAPTURADO COM QUASE
MEIO QUILO DE MAÇONHA.
 PÁGINA 2

Diário do Pará

POLÍCIA

ERA PROCURADO DA JUSTIÇA

ACUSADO DE HOMICÍDIO É LOCALIZADO

MANDADO CUMPRIDO

JB Avalar

Policiais civis da Seccional Urbana de Ananindeua, Grande Belém, em conjunto com colegas da cidade de Bragança, no nordeste do Tietão, e Núcleo de Apoio à Investigação do Capangema, na mesma região, realizaram uma operação conjunta para o cumprimento de mandado de prisão preventiva pelo crime de homicídio qualificado contra um suspeito.

De acordo com as informações constantes na apresentação de ato, a Polícia Civil do Estado do Pará, com as unidades de Ananindeua, Bragança e Capangema, investiga o paradeiro de um homem identificado como Dimeson José do Carmo Santos, que estava escondido no bairro do Auri, em Ananindeua.

Contra o alvo dos policiais contava um mandado de prisão preventiva expedido pela Vara Criminal de Bragança pelo crime de homicídio qualificado, ocorrido no dia 28 de março deste ano, naquela municipalidade.

Logo após o crime, Dimeson José do Carmo Santos fugiu de Bragança, passou por outros estados, até se radicar no bairro do Auri, onde vive sozinho.

Após cumprir sua preventiva, o suspeito passou a ser monitorado pela equipe de inteligência e foi capturado pelas equipes policiais quando saiu de sua residência localizada no bairro Auri, sem esboçar qualquer tipo de reação.

Ele foi certificado do mandado pendente e, em seguida, se mudou a apresentação do preso na Seccional Urbana de Ananindeua, para adoção dos procedimentos legais. Após os trâmites, ele foi encaminhado à custódia da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado.



Dimeson José do Carmo Santos foi preso pela Polícia Civil, neste momento, no bairro do Auri, em Ananindeua.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Reprodução

Mãe e padrasto são presos após denúncia de maus-tratos a criança no Pará

POR FERNANDA CAVALCANTE | 25 DE JUN DE 2023, 16:52

A Polícia Civil prendeu preventivamente Deusenira Sousa de Brito e Edson Santos de Araújo, suspeitos de maus-tratos contra uma criança de cinco anos. A menina é filha da acusada e morava com ela e com o padrasto na área rural de Pacajá, no sudoeste paraense.

O Conselho Tutelar do município recebeu denúncias anônimas de que a criança estaria sendo maltratada e fez uma visita ao casal. Depois disso, a Polícia Civil começou uma investigação sobre o caso.

Segundo a Polícia Civil, a vítima aparentava que não se alimentava há vários dias. Ela foi levada à uma unidade hospitalar do município e, por causa da gravidade do caso, precisou ser transferida ao Hospital Regional Público da Transamazônica, em Altamira.

Após a internação da criança, mãe e padrasto foram intimados a prestarem depoimento na Delegacia Especializada no Atendimento da Criança e do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Adolescente (Deaca). De acordo com a investigação, eles apresentaram diversas contradições durante o interrogatório.

O Conselho Tutelar, a Polícia Civil e o Ministério Público do Pará acionaram a Justiça que expediu um mandado de prisão contra o casal.

O mandado foi cumprido enquanto Deusenira e Edson ainda estavam no hospital. Eles foram encaminhados até a Deaca e devem ser levados para o Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu para aguardar uma decisão da Justiça.

A criança continua recebendo atendimento médico e alimentação adequada devido ao grau severo de desnutrição.

Com informações do Confirma Notícia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br